



Número: **0883014-02.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **13/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 18.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO CARDOSO SOBRINHO (AUTOR)		HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO (ADVOGADO) MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO)	
LUCAS MARTINS CARDOSO (AUTOR)		MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO) HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27136744	17/12/2019 15:06	Petição Inicial	Petição Inicial
27137204	17/12/2019 15:06	B.o - Lucas	Documento de Comprovação
27137207	17/12/2019 15:06	doc. Veículo - Lucas	Documento de Comprovação
27137208	17/12/2019 15:06	docs. médicos - Lucas	Documento de Comprovação
27137211	17/12/2019 15:06	docs. pessoais - Lucas	Documento de Comprovação
27137215	17/12/2019 15:06	Proc. e declaração - Lucas	Documento de Comprovação
27137216	17/12/2019 15:06	Requerimento adm - Lucas	Documento de Comprovação
27916659	06/02/2020 11:51	Despacho	Despacho
29826961	14/04/2020 10:24	Certidão	Certidão
29836711	14/04/2020 14:15	Despacho	Despacho
30172192	27/04/2020 13:36	Mandado	Mandado
34228528	12/09/2020 18:30	MAPFRE	Diligência

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE JOÃO PESSOA- PARAÍBA

LUCAS MARTINS CARDOSO, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG sob o nº 3531810 SSP/PB, neste ato sendo representado por seu genitor o Sr. JOÃO CARDOSO SOBRINHO, brasileiro, solteiro, pedreiro, inscrito no CPF sob o nº 855.135.124-91, ambos residentes e domiciliados na Rua Wellington José de Souza, 201, Jardim Veneza, João Pessoa – PB, CEP: 58.084-435, não possui endereço eletrônico, por seus advogados que ao final assinam, constituído legalmente nos termos do Instrumento de Procuração, com endereço profissional à Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, 66, Centro, João Pessoa-PB, vêm à presença de Vossa Excelência, com fulcro nos art. 5.º, V, X, da Constituição Federal de 1988, e demais legislações pertinentes, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT

em face de MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, empresa seguradora com sede na Capital do Estado da Paraíba, na Av. Epitácio Pessoa, nº 723, Bairro dos Estados, João Pessoa-PB, CEP: 58.030-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38, fazendo com base nos argumento fático-jurídico adiante delineados.

I - DOS FATOS E DO DIREITO

A parte autora foi vítima de acidente automobilístico em 07/10/2015, tendo sofrido POLITRAUMATISMO, LESÃO TENDÃO PATELAR DIREITO, FRATURA NO PUNHO DIREITO E ESQUERDO E FRAURA NO ACETÁBULO, o que acarretou nas seguintes debilidades permanentes: **DEBILIDADE PERMANENTE DA FUNÇÃO NEUROLÓGICA, DEBILIDADE PERMANENTE NO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO E DIREITO, DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO INFERIOR DIREITO COM COMPROMETIMENTO DA FLEXÃO E EXTENSÃO DO REFERIDO MEMBRO E COMPROMETIMENTO DA FUNÇÃO DE LOCOMOÇÃO**, conforme se verifica através de documentação anexa (V. docs);

Diante desses fatos, a parte requerente **solicitou administrativamente o recebimento do seguro DPVAT**, sendo-lhe, todavia, **NEGADO O DIREITO À INDENIZAÇÃO A QUE FAZ JUS**, sob a alegação de ausência de documentação não conforme.

Vale ressaltar ainda que tal ação foi ingressada em 08 de fevereiro de 2018, tendo sido extinta sob alegação de abono de causa, por parte do autor, haja vista ter o magistrado determinado a juntada de



contracheque para analisar o pedido de justiça gratuita, o que deixou o autor de anexar por este não encontrar-se trabalhando.

Ocorre Excelência, que naquela demanda, e nenhum momento foi o autor intimado pessoalmente para se manifestar nos autos, ou seja, além de ser cumprida o que foi determinado, não justificando a extinção daquela demanda.

Conforme disposição legal, a seguradora teria a obrigação de efetuar o pagamento do benefício do seguro de DPVAT à parte autora, no valor de até **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**. Haja vista ter negado sem que apresentasse **provas que desconstituíssem o direito do autor**, não restou outra alternativa à parte autora senão **buscar a tutela jurisdicional**, promovendo a presente ação, afim de garantir o que é seu por direito.

Registre-se, ainda, Excelência, o que preconiza a legislação aplicável à espécie, mais especificamente a contida **no § 1º do art. 5º da Lei 6.194/1974, pela qual a promovida pratica ato ilícito quando de sua violação, submetendo a parte autora a procedimento demasiadamente burocrático, exigindo documentos desnecessários à solução da questão, além de dispor do tempo necessário para o desfecho da mesma:**

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

Atente-se, de igual modo, ao art. 3º da Lei nº 6.194/1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, *in verbis*:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Sobre isso, a jurisprudência dominante, seguindo orientação do STJ, navega que em havendo debilidade permanente no segurado, cabe à este o direito de receber da seguradora **a indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), desde que haja a comprovação do acidente e seja configurado o caráter permanente da lesão sofrida, o que correu, in casu, não havendo necessidade de comprovação de pagamento do DUT, senão vejamos:**



AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO – ADMISSIBILIDADE – RECURSO IMPROVIDO – Se configurada de modo efetivo, consistente, a invalidez permanente, ainda que parcial, faz jus a vítima ao seguro obrigatório, conforme inteligência do art. 20 da lei 6.194/74, com as alterações introduzidas pela lei nº 8.441/92 que não traz distinção quanto a espécie de invalidez. (TJMS – AgRg-AC 2003.010752-5/0001-00 – Campo Grande – 3ª T.Cív. – Rel. Des. Claudionor Miguel Abss Duarte – J. 10.11.2003) (grifo nosso)

Agravo interno. Seguro DPVAT. Invalidez permanente comprovada. Indenização devida. Comprovada a invalidez permanente causada em acidente de trânsito, a indenização referente ao Seguro DPVAT é devida. (Agravo, Processo nº 0003706-30.2013.822.0007, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Relator (a) do Acórdão: Des. Kiyochi Mori, Data de julgamento: 02/06/2016)

(TJ-RO - AGV: 00037063020138220007 RO 0003706-30.2013.822.0007, Relator: Desembargador Kiyochi Mori, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 06/06/2016.)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PRELIMINARES. CARÊNCIA DE AÇÃO E AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ. REJEIÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. NEXO CAUSAL ENTRE O FATO E O DANO COMPROVADO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. Incontroverso o nexo de causalidade entre o fato e o dano, mostra-se devido o pagamento integral do seguro ao demandante que, no caso, é de R\$ 13.500,00 em conformidade com o valor fixado em lei. Honorários advocatícios. Manutenção. PRELIMINARES REJEITADAS E APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70043389402, Sexta...

(TJ-RS - AC: 70043389402 RS, Relator: Antônio Corrêa Palmeiro da Fontoura, Data de Julgamento: 24/11/2011, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 06/12/2011). (grifo nosso).

Dê-se a devida atenção, ainda, ao que dispõe a Súmula 257 do STJ, pela qual: **“A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.**

Do exposto até aqui, percebe-se que, tendo em vista as comprovadas lesões supracitadas, quanto ao valor indenizatório, faz o autor jus ao seu recebimento, corroborando-se que, além da debilidade anatômica, encontra-se com sequelas funcionais.

Por tudo isto, Excelência, a parte demandante, manejando o seu *jus postulandi*, direito garantido a qualquer cidadão brasileiro, previsto na Lei Maior, Constituição Federal, vem buscar a tutela jurídica do Poder Judiciário para obter o que é seu de direito.

II – QUANTO A AUSÊNCIA DO LAUDO DO IML



Douto julgador, a Lei 6.194/74 que regula a cobrança do seguro DPVAT não exige Laudo do IML como requisito para o ajuizamento da ação em questão. Portanto, importa observar os documentos carreados aos autos, os quais são suficientes para comprovar as sequelas sofridas em razão do acidente. Corroborando tais premissas estão os arts. 369 e 370 do Novo Código Processo Civil:

Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

No mesmo sentido o art. 5º da Lei 6.194/74:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Sendo assim, o Juiz não está diretamente ligado a uma prova específica, no caso o laudo do IML, ao contrário, caberá ao juízo a determinação de provas que tenham o condão de formar a justeza do magistrado, não podendo a análise da pretensão deduzida pela Autora ser afastada.

Desse modo se posiciona a jurisprudência pátria, *in verbis*:

AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - IRRELEVÂNCIA - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO –

Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT **não é indispensável a juntada, com a inicial, de laudo do IML**, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento.

(TJ-MG - AC: 10024123336687001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 15/05/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/05/2014). (grifei).

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. IMPOSSIBILIDADE DO PAGAMENTO DA DIFERENÇA. AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML. DESNECESSIDADE. LAUDO CONCLUSIVO DA DEBILIDADE PERMANENTE. SENTENÇA MANTIDA.

I - Conforme entendimento jurisprudencial emanado do Colendo STJ, admite-se que decisões judiciais adotem manifestações exaradas no processo em outras peças, desde que haja um mínimo de fundamento, com transcrição de trechos das peças às quais há indicação (per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM). II - **A existência de laudo do IML não é exigência de**



convencimento ao Juiz, que deverá convencer-se da verdade pelos documentos e laudos apresentados, podendo requerer outras provas e indeferir as protelatórias, sob pena de ressurgimento do odioso sistema de prova tarifada. Portanto, não há falar em nulidade, anulação ou reforma da sentença, considerando laudo conclusivo da gravidade das perdas da Apelada, o qual em verdade deve ser interpretado como invalidez para as atividades normais. Assim, o recurso deve ser desprovido. III ? Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida.

(TJ-AM - APL: 06349106220138040001 AM 0634910-62.2013.8.04.0001, Relator: Wellington José de Araújo, Data de Julgamento: 14/12/2015, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 17/12/2015). (grifei).

PROCESSO CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - AUSÊNCIA DO LAUDO DO IML - EXTINÇÃO DO PROCESSO - APTRIDÃO DA PETIÇÃO INICIAL - SENTENÇA CASSADA.

1. Uma petição inicial está apta a iniciar uma ação quando, além de preenchidos os requisitos do artigo 282 do CPC, permite à parte ex adversa a exata compreensão da demanda, possibilitando-lhe o exercício do contraditório como corolário da ampla defesa; e no caso vertente, é evidente a pretensão inicial e os fundamentos fáticos e jurídicos nos quais o autor/apelante a embasa, como já evidenciado. 2. **O laudo pericial do Instituto Médico Legal não é documento indispensável à propositura da ação de indenização do seguro DPVAT.**

(TJ-MG - AC: 10024123061673001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 10/04/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 28/04/2014). (grifei).

De se concluir, portanto, que referida ausência do laudo do IML não é capaz de afastar a pretensão da parte autora, já que não é documento essencial para a propositura da ação objetivando o recebimento de indenização referente ao seguro DPVAT.

III – DO DANO MORAL

Conforme exposto em linhas pretéritas, o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, demonstrado o nexo de causalidade entre ambos, devendo ser apresentados a certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte, **(art. 5º, § 1º, “a”, Lei 6.194/1974).**

Da análise fática, o acidente ocorreu na data de 24/08/2016, **o que se comprova pelo registro de ocorrência policial, prontuário médico e demais documentação acostada aos autos.**

A parte requerente acionou a ré no dia 26/09/2016, tendo seu pedido negado na data de 08/10/2016, o que se deu, conforme visto, por suposta ausência de comprovação documental. **TODAVIA, TAL NÃO SUCEDE, CONFORME SE PROVA PELA DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS.**

Assim, de posse de toda a documentação necessária para ver satisfeita sua demanda, a parte autora vê-se em situação de profundo **descaso** por parte da ré, **a qual busca enriquecimento sem causa mediante a retenção de dinheiro devido ao autor**, vendo escorrer-lhe por entre as mãos o direito que lhe cabe sem, ao menos, uma justificativa plausível para tanto.



Situação semelhante pode ser observada na jurisprudência pátria:

Processo: RI 07014303820148070016

Orgão Julgador: TERCEIRA TURMA RECURSAL

Publicação: Publicado no DJE 05/05/2015 . Pág.: Sem Página Cadastrada.

Julgamento: 28 de Abril de 2015

Relator: CARLOS ALBERTO MARTINS FILHO

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. SEGURO DPVAT. DANOS MORAIS CONFIGURADOS PELA INÉRCIA E DESCASO DA SEGURADORA COM A SEGURADA IDOSA E ACOMETIDA DE PROBLEMAS DE SAÚDE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

1. A sentença vergastada condenou a seguradora ao pagamento de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) a título de indenização e de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) como reparação pelos danos extrapatrimoniais. Insurge-se a apelante tão somente contra a condenação por danos morais. Alega que não existe previsão na Lei 6.194/74 e respectivas alterações para indenização de danos morais pelo seguro obrigatório DPVAT. Ademais, não haveria comprovação do alegados danos, tampouco demonstração do nexo de causalidade com qualquer ato ilícito praticado pela recorrente. Pugna pela improcedência do pedido, no particular, ou pela minoração do quantum da reparação, para que não ultrapasse um salário mínimo.

2. Na hipótese vertente, **a inércia e descaso da seguradora com a segurada**, idosa de 75 anos e com restrições de saúde (invalidez parcial permanente – amputação parcial de quatro dedos da mão direita com perda funcional) **configura ofensa aos atributos da personalidade a tipificar dano moral indenizável**.

3. Merece, pois, ser prestigiada a sentença no que concerne ao dano extrapatrimonial, fixado em valor proporcional e irretocável (R\$ 5.000,00) mediante apreciação equitativa da douta juíza sentenciante, ao analisar o contexto fático (“A autora sofreu o acidente em 25/02/2011 e somente em 19/12/2013 submeteu-se a perícia médica, tendo acionado a ré no dia 12/02/2014; a presente ação foi ajuizada em agosto do corrente ano, ante a inércia da ré em, ao menos, dar alguma resposta à solicitação da autora; **embora constem nos autos toda a documentação necessária para o deferimento do pedido autoral, a ré insiste em não fazê-lo, o que configura, à toda evidência, mais que descaso, chegando mesmo a caracterizar a mais absoluta negligência. O pagamento da indenização do seguro DPVAT não é um favor que a ré presta à sociedade, mas, sim, uma obrigação, devendo fazê-lo com presteza e seriedade, dentro do prazo de 30(trinta) dias a contar da data da entrega dos documentos, inexistindo qualquer justificativa plausível para já não tê-lo feito**”).

[...].

Grifo nosso.

No mesmo sentido, com sabedoria se posicionou o Desembargador Fábio Eduardo Marques em seu voto:



Processo: ACJ 20121110052403 DF 0005240-48.2012.8.07.0011

Orgão Julgador: 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal

Publicação: Publicado no DJE : 19/08/2013 . Pág.: 325

Julgamento: 13 de Agosto de 2013

Relator: FÁBIO EDUARDO MARQUES

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBRO. INDENIZAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO UNITÁRIO. REVELIA DE UM DOS RÉUS. EFEITOS DA REVELIA AFASTADOS. SÚMULA Nº 474 DO STJ. LIMITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO AO VALOR PREVISTO NA LEI Nº 11.482/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO SINISTRO. JUROS MORATÓRIOS A CONTAR DA CITAÇÃO. NÃO PAGAMENTO DO VALOR RECONHECIDO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. **DESCASO. DANO MORAL.** PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA E DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL REJEITADA. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO AFASTADA. RECURSO PROVIDO EM PARTE. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE.

[...]

Já o dano moral decorre da inércia em disponibilizar a indenização devida, ainda que na quantia apurada pela seguradora, **em flagrante descaso aos direitos do beneficiário**, situação que, por certo, agravou ainda mais o quadro de invalidez experimentado pelo recorrido.

Aliás, ao que consta dos autos, ao menos até a prolação da sentença sequer havia sido feito o pagamento no valor reconhecido pela primeira ré. Em contestação, a recorrente refutou o dano moral, sob o singelo argumento de que teria havido pagamento da indenização considerada devida (f. 68), mas não comprovou esse fato que é impeditivo do direito do autor (art. 333, II, do CPC).

Daí a angústia psicológica, impotência e aflição suportada pelo recorrido, que teve negado a indenização securitária que lhe era devida, circunstância que, no caso, ultrapassa os dissabores e aborrecimentos decorrentes da inadimplência contratual e dá ensejo ao dano moral passível de reparação.[...] (Grifo nosso).

Merece igual atenção a jurisprudência que se segue:

Processo: APL 01339015720038190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 27 VARA CIVEL

Orgão Julgador: NONA CÂMARA CÍVEL

Partes: APELANTE: NATALICIA COELHO RODRIGUES e outro, APELADO: AS MESMAS

Publicação: 22/06/2005

Julgamento: 7 de Junho de 2005

Relator: RUYZ ATHAYDE ALCANTARA DE CARVALHO

Seguro obrigatório DPVAT. Sentença que fixou corretamente a indenização pela morte do filho da autora, mas, embora reconhecendo a ilicitude de exigência de documentos desnecessários pela seguradora negou a indenização por danos morais. Recursos de ambas as partes. **A exigência**



descabida de documentos pela seguradora com o objetivo de retardar o pagamento da indenização configura danos morais indenizáveis. Inaplicabilidade, quanto aos juros, da Súmula 54 do STJ. Provimento parcial do primeiro recurso e desprovimento do segundo. (grifo nosso).

Relevante transcrever trecho do voto do ministro relator, quando diz:

A exigência descabida de outros documentos feita pelas seguradoras, retardando propositadamente o pagamento e submetendo a parte a intenso constrangimento e sofrimento, a aflitiva e angustiante expectativa e a incerteza do recebimento de sua indenização acarreta, sem a menor dúvida, danos morais indenizáveis.

Do exposto, percebe-se que toda essa situação gera efetivo dano moral à parte requerente, através das **condutas abusivas, descasos, omissões, afrontas e retenções injustas praticadas pela ré.**

Do que se imagina, o fato de sofrer um acidente automobilístico e suportar as sequelas dele provenientes já é grande fardo à vítima, que não deveria, em hipótese alguma, ser privada do seu direito indenizatório pela irresponsável alegação de ausência de sequela por parte da ré.

Portanto, indubitável é que, a inércia da ré em disponibilizar a indenização devida, ultrapassa os dissabores e aborrecimentos, agravando situação já desfavorável experimentada pela parte requerente que, diante de tal situação, deve ser indenizada, também, a título de danos morais (art. 5º, X, CRFB/88 c/c art. 186, CC), **cujo valor deverá ser majorado caso a Ré insista em negar o direito dos Autores no orbe da justiça.**

V - DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Prescreve o inciso VIII do art. 6º do CDC:

Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

[...]

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Assim, indiscutível a aplicação das disposições do Código de Defesa do Consumidor à espécie, entre elas a supracitada regra especial que prevê o direito básico do consumidor à inversão do ônus da prova em caso de caracterização de sua hipossuficiência.

Tendo em vista a hipótese envolver cobrança de indenização decorrente de serviço securitário, que está incluído no rol daqueles que perfazem relação de consumo (CDC, art. 3º, § 2º), sendo o autor



hipossuficiente técnica e economicamente falando, requer, desde já, a concessão do benefício da inversão do ônus da prova, a fim de que a promovida seja compelida a apresentar o processo administrativo referente ao seguro obrigatório - DPVAT, caso haja, vez que toda documentação fica retida com a seguradora.

IV - DO PEDIDO

Assim, com fulcro na Lei 6.194/74 alterada parcialmente pela Lei 8.441/92, nos art. 186, 927 do CCB, no art. 6º, VI e VIII do CDC, no art. 161, § 1º do CTN, Resolução da SUSEP, requer:

- a) Que defira o requerimento de inversão do ônus *probandi*, em face da hipossuficiência da parte promovente;
- b) a audiência de conciliação prevista no artigo 334 do NCPC, seja designada após a realização da perícia nos termos do convênio firmado entre a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT e o Tribunal de Justiça da Paraíba, tendo em vista que as conciliações nas ações dessa natureza só ocorrem após a realização da perícia judicial;
- c) A citação da Ré para oferecer resposta no prazo legal, nos termos do artigo 335;
- d) A PROCEDÊNCIA TOTAL DA AÇÃO PARA QUE A EMPRESA SEGURADORA SEJA CONDENADA A PAGAR A QUANTIA DE R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) COM CORREÇÃO MONETÁRIA A CONTAR DA DATA DO SINISTRO E JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO;
- e) A procedência da ação para que a empresa seguradora seja condenada a pagar **a quantia de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) a título de indenização por danos morais, cujo valor deverá ser majorado para R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), caso a Ré insista em negar o direito do Autor no orbe da justiça**, atualizados a partir do arbitramento e com juros a contar da citação.
- f) Que o valor da condenação seja devidamente acrescido de juros e correção monetária, como determinam as Súmulas 43, 54 e 580 do STJ, ou seja, a partir do evento danoso;
- g) Seja condenada a demanda em 20% referente a honorários advocatícios sobre o valor da condenação;
- h) A concessão do benefício da justiça gratuita, tendo em vista que o(a) autor(a) não apresenta atualmente condições financeiras suficientes para arcar com as custas processuais sem comprometer o seu sustento e da sua família, nos termos da Lei de nº 1.060/50 e do artigo 98 do NCPC;
- i) A produção de todos os meios de prova permitidos em direito, na amplitude dos artigos 369 e seguintes do NCPC, principalmente a juntada de documentos, realização de perícia, nos termos do convênio firmado entre a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT e o TJ/PB (convênio n. 015/2014), e etc;

Dando-se à causa o valor de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais).

João Pessoa, 26 de novembro de 2019.



MARTINHO CUNHA MELO FILHO
OAB/PB 11.086 OAB/PB 23.787

HÉRIKA COELI





03

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DO POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO - BPTRAN
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

**DADOS DO ACIDENTE**

Nº BAT 0702 - 2015	Responsável pelo Levantamento do Acidente: Jonildo Pereira dos Santos	Posto/Graduação: CB/PM
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia: Rua José Dantas de Almeida	Hora 20:20	Bairro Vieira Diniz
Município: João Pessoa	UF PB	
Data/Ocorrência 07/10/2015	Dia da Semana Quarta-Feira	C/S Vitima (QT) Com
Natureza do Acidente Abalroamento	Tipo de pavimento Asfalto	Condições/Via Seca
Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 veículos	Controle do tráfego no local Via de Sentido Duplo	Tempo Bom

CONDUTOR 01

Nome Soraya Lucio Ribeiro de Lima	Sexo Feminino	Nascimento 15/03/1977	RG 1684151
Endereço Av. Mar da Sibéria, 428, Intermare, João Pessoa PB – Tel.(083)98815-3241			
1ª Habilitação 29/05/2003	Categoria B	Registro CNH N.º 02881272158	U.F. PB
Ex.méd./Dia Sim	Data Vencimento 17/04/2018	Usava cinto	Usava Capacete
Exame de Embriaguez Alcoólica Não	Comportamento do Condutor Permaneceu no Local		

VEÍCULO 01

Marca VW / Gol	Espécie Automóvel	Placa OEU-0902	Categoria Particular	Município Cabedelo	U.F. PB
Nome do Proprietário Soraya Lucio Ribeiro de Lima					
Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 011545174614	Renavan N.º 0104063173-5	Data da Emissão 04/03/2015		
Defeitos Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 01

Condutor declarou que: Trafegava no sentido Bairro das Industrias / Jardim Veneza, quando fez a conversão para entrar no condomínio e esperava apenas a abertura do portão de entrada, quando foi surpreendido com o impacto na lateral do veículo causado pelo V2. Declarou ainda que realizou todos os procedimentos de conversão.

CONDUTOR 02

Nome Lucas Martins Cardoso	Sexo Masculino	Nascimento 11/12/2000	RG 3531810
Endereço Rua Wellington José de Souza, 201, Vieira Diniz, João Pessoa PB – Tel.(083)98713-1814			
1ª Habilitação	Categoria	Registro CNH N.º	U.F.
Ex.méd./Dia	Data Vencimento	Usava cinto	Usava Capacete
Exame de Embriaguez Alcoólica Não	Comportamento do Condutor Socorrido ao Hospital		

VEÍCULO 02

Marca Shineray	Espécie Ciclomotor	Placa	Categoria	Município João Pessoa	U.F. PB
Nome do Proprietário Antonio de Radma dos Santos					
Seguradora DPVAT	Bilhete N.º LXYXCBL01E0519299	Renavan N.º	Data da Emissão		
Defeitos Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 02

Condutor declarou que: Trafegava na via "A", quando visualizou que o V1 estava com o pisca alerta ligado e quando foi ultrapassar o V1, o mesmo manobrou para a sua frente e que não pode evitar o abalroamento com o V1, que interceptou sua passagem.



CONTINUAÇÃO DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0702 - 2015

VITIMA 01


Nome	Sexo	Nascimento
Lucas Martins Cardoso	Masculino	
Endereço		
Rua Wellington José de Souza, 201, Vieira Diniz, João Pessoa PB		
Ferimentos	Viajava no Veículo Nº	Usava Cinto
	02	
Condição da Vitima	Conduzida Para	
Condutor	Hospital	

CONSTATADO

Constatado quando do levantamento que: O condutor foi socorrido para o Hospital de Traumas pelo SAMU. Após o abalroamento os veículo chocaram-se com o portão do condomínio. A declaração do C2 foi dada na presença seu pai o senhor João Cardoso Sobrinho.

João Pessoa – PB, 09 de Dezembro de 2015.

15.01.2016
ADRIANO M. S. de Aquino
526.321-2


Jonildo Pereira dos Santos CB PM
Responsável pelo Levantamento





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DO POLÍCIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO - BPTRAN



CROQUI DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0702/ 2015

AMARRAÇÕES

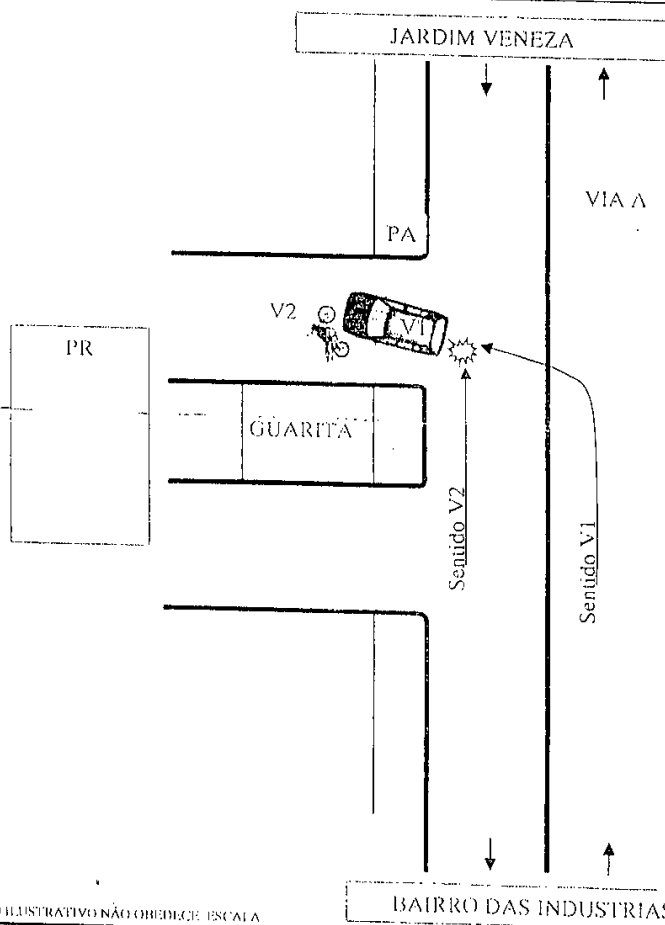
VIA "A" - Rua José Dantas de Almeida 06,60metros

PR (Ponto de Referência) Residencial Park Flamboyant

PA (Ponto de Amarração) Poste da Energisa

V1 (Veículo 01) Eixos Dianteiro Direito 03.00 e Traseiro Direito 03.80 metros para (PA)

V2 (Veículo 02) Eixos Dianteiro Direito 04.90 e Traseiro Direito 05.50 metros para (PA)



COMANDO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original
Em 15/01/2016

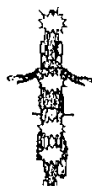
ADREANA S. S. ACACIO
100.000.000.000

DESENHO ILUSTRATIVO NÃO OBEDECE ESCALA

AVARIAS



V1



V2

Jonildo Pereira dos Santos Cb PM
Responsável pelo Levantamento



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 012650357543
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
VIA 23 COD RENAVAM BRT 20160000014432 6 EXERCÍCIO
1 0107575693-3 00/00000000 2016

JOAO CARDOSO SOBRINHO

85513512491

OE02241/PB

NOVO PB LXVXCBL01E0519299

PAC/CICLO/MOTO/NOVO/PIRACARUA

1/SHINERAY XY500 PHOENIX 2013 2014

2 P/49 /C1 PARTIO PRETA

IPVA ISENTO 00/007/0000

PREMIO TARIFARIO (R\$) 0 OF (R\$) 0 PREMIO TOTAL (R\$) 0 DATA DE PAGAMENTO

***** C SEGURO P A G O 15/01/2016

SEM RESERVA DE DOMÍNIO

REGULAMENTO DE OBRIGATORIEDADE

JOAO PESSOA PB 42005 20/04/2016

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NA O SEGURO DPVAT

PB Nº 012650357543 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

2016 20/04/2016

85513512491 OE02241/PB

0107575693 1/SHINERAY XY500 PHOENIX

2013 9 LXVXCBL01E0519299

PREMIO TARIFARIO

PREMIO (R\$) 0 DENATRAM (R\$) 0 CUSTO DO SEGURO (R\$) 0

CUSTO DO BILHETE (R\$) 0 OF (R\$) 0 TOTAL A SER PAGO SEGURO (R\$) 0

***** C SEGURO P A G O 15/01/2016

SEGURADORA LIDER DPVAT

CNPJ 08.248.608/0001-03
www.seguradoralider.com.br

20154-0847369-20160420





26/11/2019

Número: **0808281-02.2018.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/02/2018**

Valor da causa: **R\$ 18.500,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO CARDOSO SOBRINHO (AUTOR)		MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
12495780	08/02/2018 16:00	docs. médicos - Lucas	Documento de Comprovação





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



DECLARAÇÃO

Atendendo o requerimento nº 510/112, declaramos para os fins de direitos que consta em nossos registros, sobre protocolo: 979766, o atendimento pré-hospitalar realizado pelo SAMU 192 Regional de João Pessoa ao paciente **LUCAS MARTINS CARDOSO**, idade 14 anos, vítima de **Acidente Automobilístico (Colisão carro x moto)** no dia 07/10/2015, Rua José Dantas Almeida, Bairro: Jardim Veneza - João Pessoa - aproximadamente às 20:00 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

João Pessoa, 19 de Outubro de 2015.


Jefferson da Rocha Augusto
Estatístico - Matr. 07.155-6 - SAMU 192-JP

JEFFERSON DA ROCHA AUGUSTO
Coordenação do SAME - SAMU 192
Regional de João Pessoa

Rua: Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - CEP: 56053-900 - João Pessoa - PB
Fone SAME: (83) 3218-9242; 3218-9125



Assinado eletronicamente por: MARTINHO CUNHA MELO FILHO - 08/02/2018 15:58:44
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18020815573722600000012214215>
Número do documento: 18020815573722600000012214215

Num. 12495780 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO - 17/12/2019 15:05:48
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121715054614400000026194127>
Número do documento: 19121715054614400000026194127

Num. 27137208 - Pág. 2



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	LUCAS MARTINS CARDOSO
DATA DE NASCIMENTO	11/12/00
NOME DA MÃE	JOELMA MARTINS DA COSTA

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	871.289
PRONTUÁRIO N.º	90.886
DATA DO ATENDIMENTO	07/10/15
HORA DO ATENDIMENTO	21:01
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	POLITRAUMATISMO
CID 10	V 27 + S 52.5.0 + S 32.4.0 + S 76.1.1 + T 01.8

AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE MENOR DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, VÍTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO (SIC), RESGATADO PELO SAMU, COM RELATO DE COLISÃO MOTO X POSTE, SEM CAPACETE. QUEIXANDO-SE DE DORES EM PUNHO DIREITO E JOELHO DIREITO, ABDOMEN FLACIDO E DOLOROSO A PALPAÇÃO EM HD. SEM SINAIS DE IRRITAÇÃO PERITONIAL + FCC EM MÃO DIREITA E JOELHO DIREITO. GLASGOW 15.

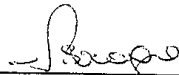
EXAMES

RX DE PUNHO DIREITO - RELATO COT - DESCOLAMENTO DE RÁDIO DISTAL
RX DE PUNHO ESQUERDO - RELATO COT - FRATURA DE RÁDIO DISTAL ESQUERDO
TC DE BACIA - RELATO COT - FRATURA TRANSVERSA DE ACETÁBULO DIREITO
USG DE ABDOMEN TOTAL - FAST
EXAMES LABORATORIAIS PRÉ-OPERATÓRIOS.

TRATAMENTO

PACIENTE SUBMETIDO A TRAÇÃO TRANSESQUELÉTICA NO MID COM REDUÇÃO INCRUENTA DA FRATURA. LUXAÇÃO DO QUADRIL DIREITO + REDUÇÃO + FIXAÇÃO DE DESCOLAMENTO FISÁRIO DO RÁDIO DISTAL DIREITO + CORREÇÃO DE LESÃO PARCIAL DO TENDÃO PATELAR DIREITO + IMOBILIZAÇÃO COM TALA GESSADA AXILO - PALMAR DIREITA. OPERADO POR Dr. ODILON. EM 26/10/2015. E SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO PARA CORREÇÃO DE RÁDIO DISTAL ESQUERDO, COM REDUÇÃO INCRUENTA + FIXAÇÃO. OPERADO POR Dr. BRUNO MONTENEGRO. IMOBILIZAÇÃO COM TALA AXILO - PALMAR. MEDICADO. TRATAMENTO CONSERVADOR PARA FRATURA DE ACETÁBULO.

ALTA HOSPITALAR:	29/10/2015
DATA DA EMISSÃO:	06/01/2016


Dr. Joacila Braga Brandão
CRM: 1741/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



Assinado eletronicamente por: MARTINHO CUNHA MELO FILHO - 08/02/2018 15:58:44
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18020815573722600000012214215>
Número do documento: 18020815573722600000012214215

Num. 12495780 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO - 17/12/2019 15:05:48
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121715054614400000026194127>
Número do documento: 19121715054614400000026194127

Num. 27137208 - Pág. 3



CRUZ VERMELHA
BRASILEIRA

Laudo Médico / Resumo de Alta



Nome: <u>Silva Martins Cardoso</u>		Registro: <u>871289</u>	
Idade: <u>14 anos</u>	Sexo: <u></u>	Cor: <u></u>	Clínica: <u>Ortopedia</u>
Data de admissão: <u>07/10/17</u>		Data da alta: <u>29/10/17</u>	
Diagnóstico inicial:			
Diagnóstico final:			
Outros diagnósticos:			
Principais exames:			
Cirurgia realizada - data e equipe:			
<u>07/10/17 - Dr. Celso + Dr. Gomes - Distúrbio tendão patelar @ + Ex. punho @</u> <u>26/10/17 - Dr. Bruno Montenegro - Ex. punho @</u> <u>29/10/17 - Dr. Raimundo - Tratamento conservador de fratura transverso de</u> <u>acetábulo @, com sucesso durante o procedimento, sendo que a</u> <u>análise patológica de material após este período.</u>			
Infecção: sim () não ()		Coleta de material: sim () não ()	
Resultado bacteriologia:			
Condições de alta: Melhorado () Removido () A pedido () Curado () Óbito ()			
Resumo clínico: história evolução, terapêutica, complicações:			
<u>Paciente submetido a três cirurgias de fratura de punho @ @ e</u> <u>tratamento conservador de fratura transverso de acetábulo @</u>			
Dieta: <u>al. livre</u>		Orientações Pós-Alta	
Repouso:			
relativo em casa por, _____ dias.			
retorno às atividades sem esforço físico em, _____ dias.			
retorno às atividades com esforço físico leve, _____ dias e com maior em, _____ dias.			
Cuidados com a ferida operatória: lava-la com água e sabão duas vezes por dia se sentir dor, calor, vermelhidão ou inchaço no local ou se ocorrer febre, procurar imediatamente o Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.			
Medicações para casa: <u>Sintetomax + ATB</u>			
Retorno:			
Ao posto de saúde em _____ para retirada de ponto			
Ao ambulatório em 30 dias para revisão.			
João Pessoa: <u>29</u> de <u>10</u> de <u>17</u>			
Ass. Médico / CRM			
Este documento destina-se a aprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.			



Assinado eletronicamente por: MARTINHO CUNHA MELO FILHO - 08/02/2018 15:58:44
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18020815573722600000012214215>
 Número do documento: 18020815573722600000012214215

Num. 12495780 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO - 17/12/2019 15:05:48
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121715054614400000026194127>
 Número do documento: 19121715054614400000026194127

Num. 27137208 - Pág. 4



26/11/2019

Número: **0808281-02.2018.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/02/2018**

Valor da causa: **R\$ 18.500,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO CARDOSO SOBRINHO (AUTOR)		MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
12495692	08/02/2018 16:00	docs. pessoais - Lucas	Documento de Comprovação



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA DE SEGURANÇA DO ESTADO
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

JOÃO CARDOSO SOBRINHO

DOC. IDENTIFIC. (CPF) 158469611-1

DATA NASCIMENTO 10/05/1972

FRANCISCO DE ASSIS
CARDOSO
MARIA DA PENHA LUIZ
CARDOSO

03958001862

01/06/2021

25/10/2006

VALOR EM TOCO
O TÍTULO NACIONAL
1289152160

PROIBIDO PLASTIFICAR
1289152160

JOÃO PESSOA

02/06/2016

96269431764

PB032682581

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



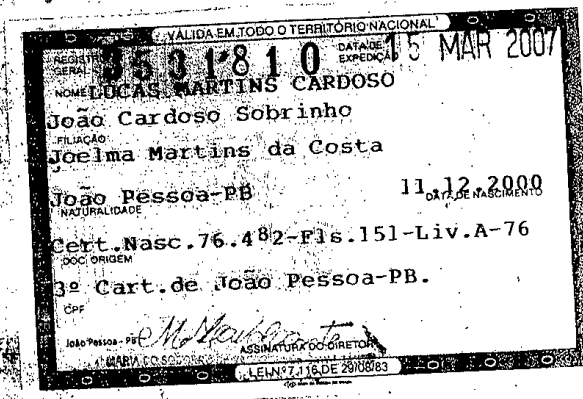
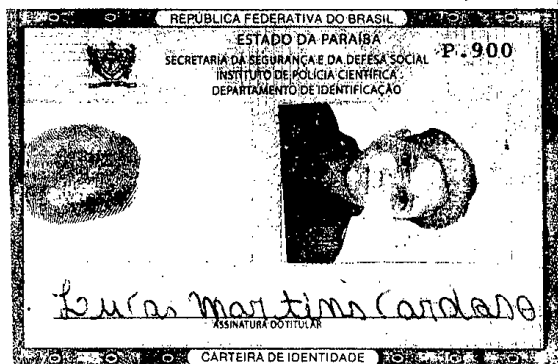
Assinado eletronicamente por: MARTINHO CUNHA MELO FILHO - 08/02/2018 15:58:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18020815553652800000012214130>
 Número do documento: 18020815553652800000012214130

Num. 12495692 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO - 17/12/2019 15:05:51
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=191217150548973000000026194130>
 Número do documento: 191217150548973000000026194130

Num. 27137211 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: MARTINHO CUNHA MELO FILHO - 08/02/2018 15:58:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18020815553652800000012214130>
Número do documento: 18020815553652800000012214130

Num. 12495692 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO - 17/12/2019 15:05:51
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121715054897300000026194130>
Número do documento: 19121715054897300000026194130

Num. 27137211 - Pág. 3

03/11/2016

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

BRASIL

Serviços Barra GovBr

([HTTP://BRASIL.GOV.BR](http://BRASIL.GOV.BR))



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **137.197.644-94**

Nome da Pessoa Física: **LUCAS MARTINS CARDOSO**

Data de Nascimento: **11/12/2000**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **28/03/2016**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **10:01:38** do dia **03/11/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **D7D1.4CDF.6A29.23D4**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

(<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/cpf/CPFautentic.asp>)

<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaPublicaExibir.asp>

1/1



Assinado eletronicamente por: MARTINHO CUNHA MELO FILHO - 08/02/2018 15:58:17

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18020815553652800000012214130>

Número do documento: 18020815553652800000012214130

Num. 12495692 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO - 17/12/2019 15:05:51

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121715054897300000026194130>

Número do documento: 19121715054897300000026194130

Num. 27137211 - Pág. 4

**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

67569862

REFERENCIA

JAN/2017

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS

JOELMA MARTINS DE PONTES
RUA WELLINGTON JOSE DE SOUZA S/N
JARDIM VENEZA 58084-435
JOÃO PESSOA

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
001.32.280.0190	0	Residencial	Comercial	Industrial	Pública	67569862
1	0	0	0	0		
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
Y15N464269	21/12/2015	5	LIGADO	LIGADO		

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m³)	NUM. DE DIAS	PROXIMA LEITURA		
162	176	14	31	07/02/2017		
HIST. DE CONS./ANOR. LEIT. QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-MS						
JUL/2016	11	0	PARAMETROS	EXIG.	ANALIS.	CONFORMES
AGO/2016	13	0	COL.TERMOT	0	0	0
SET/2016	10	0	COL.TOTAIS	186	198	198
OUT/2016	15	0	CLORO	51	198	198
NOV/2016	11	0	TURBIDEZ	186	198	198
DEZ/2016	13	0	COR	51	58	58
MEDIA(M)	12		DADOS REFERENTES A: NOV/2016			

DATA DA LEITURA: 09/01/2017	HORA DA LEITURA: 11:02:13				
DESCRICAÇÃO	CONSUMO	VL ÁGUA	VL ESGOTO	TOTAL(R\$)	
RESIDENCIAL CONSUMO ATÉ 10m	10	32,78	26,22	R\$59,00	
DE 11m A 20m	4	16,92	13,52	R\$30,44	
TOTAIS		49,70	39,74		
047-JUROS DE MORA				R\$0,42	
050-ACRESCIMO(S) MES(ES) ANT.				R\$1,34	

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS. R\$8.27 PIS E COFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO: 22/01/2017 Total a Pagar: R\$91,20

V. 16.8 R. 1.0

CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA
CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: REAL TIPO DE TARIFA: NORMAL
POSICAO DE DEB. ANTERIOR(ES)
EXISTE(M) CONTA(S) ANTER. EM DEBITO.
INFORMACOES GERAIS:
PARA SUA COMODIDADE, PAGUE SUA CONTA PELA INTERNET OU DEBITO AUTO
MÁTICO.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA

MATRÍCULA	REFERENCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
67569862	JAN/2017	22/01/2017	R\$91,20

82660000000-2 91200010826-2 75698620120-7 17000000002-7

Assinado eletronicamente por: MARTINHO CUNHA MELO FILHO - 08/02/2018 15:58:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18020815553652800000012214130>
Número do documento: 18020815553652800000012214130

Num. 12495692 - Pág. 4

Assinado eletronicamente por: HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO - 17/12/2019 15:05:51
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121715054897300000026194130>
Número do documento: 19121715054897300000026194130

Num. 27137211 - Pág. 5

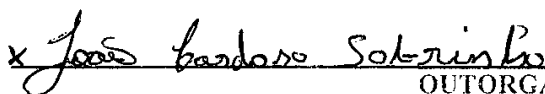
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Lucas Martins Cardoso, brasileiro, solteiro, estudante, RG: 3.531.810 - SSDS/PB, menor de idade representado pelo seu genitor João Cardoso Sobrinho, brasileiro, solteiro, pedreiro, CPF: 855.135.124-91 e RG: 1.554.696 - SSP/PB residentes e domiciliados na Rua Wellington José de Souza, 201, Jardim Veneza, João Pessoa - PB, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu procurador

OUTORGADO: Martinho Cunha Melo Filho, brasileiro, casado, ADVOGADO inscrito na OAB/PB 11086, Lilian Maria Duarte Souto, brasileira, solteira, ADVOGADA - OAB/PB 11490, Wellington Nóbrega Vilar, brasileiro, casado, Advogado, OAB/PB 15024, todos estabelecidos na Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, 66, Centro, João Pessoa - PB.

a quem confere amplos poderes com a cláusula ad-judicia e extra-judicia para, como seus advogados, representar a outorgante perante toda e qualquer entidade pública ou privada, podendo representá-lo em qualquer juízo, instância ou tribunal, judicialmente ou extra judicialmente, com poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber citação inicial e ou intimações renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber e dar quitação, tudo precedido de expressa e escrita autorização do outorgante, dando tudo por bom, firme e valioso.

João Pessoa, 03 de agosto de 2017.


OUTORGANTE



Declaração de Hipossuficiência

Eu, Lucas Martins Cardoso, brasileiro, solteiro, estudante, RG: 3.531.810 - SSDS/PB, menor de idade representado pelo seu genitor João Cardoso Sobrinho, brasileiro, solteiro, pedreiro, CPF: 855.135.124-91 e RG: 1.554.696 - SSP/PB residentes e domiciliados na Rua Wellington José de Souza, 201, Jardim Veneza, João Pessoa - PB, declaro que, em função de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e da Lei nº 1.060/50.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima e sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

João Pessoa, 03 de agosto de 2017.

João Cardoso Sobrinho





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 08 de Outubro de 2016

Carta nº 9846649

a/c: LUCAS MARTINS CARDOSO

Sinistro: 3160233511 ASL-0838840/16
Vitima: LUCAS MARTINS CARDOSO
Data Acidente: 07/10/2015
Natureza: DAMS
Procurador:

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização DPVAT, nem qualquer manifestação no sentido de que estivessem sendo tomadas providências para sua obtenção.

Tendo em vista que a(s) pendência(s) indicadas não foi(ram) sanada(s), e não houve qualquer nova manifestação sua nesse processo de sinistro por um período superior a 180 dias, informamos que a análise do seu pedido de indenização DPVAT foi finalizada com a recusa da indenização por falta de comprovação documental da cobertura para o sinistro.

A documentação original permanecerá arquivada, podendo ser retirada pelo senhor(a), ou por procurador devidamente constituído para este fim, conforme instruções contidas em nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Em caso de dúvida, favor acessar nosso site ou entrar em contato conosco gratuitamente por meio do SAC 0800 022 12 04.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT





Entre em contato conosco
SAC DPVAT 0800 022 12 04
www.dpvatsegurodotransito.com.br

DEVOLUÇÃO Seguradora Líder - DPVAT CAIXA POSTAL 40.970 CEP: 20.270-971 www.dpvatsegurodotransito.com.br	Para uso dos correios <table><tr><td><input type="checkbox"/> Mudou-se</td><td><input type="checkbox"/> Endereço insuficiente</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> Desconhecido</td><td><input type="checkbox"/> Não existe o nº Indicado</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> Recusado</td><td><input type="checkbox"/> Falecido</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> Ausente</td><td></td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> Não procurado</td><td>Data ____/____/____</td></tr></table>	<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Não existe o nº Indicado	<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Falecido	<input type="checkbox"/> Ausente		<input type="checkbox"/> Não procurado	Data ____/____/____	Responsável pela informação <table><tr><td><input type="checkbox"/> Morador</td><td rowspan="3">Entregador</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> Síndico</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> Porteiro</td></tr></table>	<input type="checkbox"/> Morador	Entregador	<input type="checkbox"/> Síndico	<input type="checkbox"/> Porteiro
<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente															
<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Não existe o nº Indicado															
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Falecido															
<input type="checkbox"/> Ausente																
<input type="checkbox"/> Não procurado	Data ____/____/____															
<input type="checkbox"/> Morador	Entregador															
<input type="checkbox"/> Síndico																
<input type="checkbox"/> Porteiro																



Seguradora Líder - DPVAT

CEP 58064-435 - JOÃO PESSOA - PB
JARDIM VENEZA
RUA WELLINGTON JOSE DE SOUZA, 201
LUCAS MARTINS CARDOSO



Seguro DPVAT - Proteção para todos

O Seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga a Pessoas Transportadas ou Não) foi criado em 1974, para amparar as vítimas de acidentes com veículos em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa. Como se vê, trata-se de um seguro eminentemente social.

saiba +
www.dpvatsegurodotransito.com.br



Seguradora Líder - DPVAT





Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0883014-02.2019.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Dispõe o art. 286, II do CPC que 'serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda'.

Assim, conforme noticiado na peça inaugural, tratando-se o presente feito de reiteração de pedido já formulado no bojo dos autos tombados sob o nº. 0808281-02.2018.815.2001, e tendo este último sido extinto com base no art. 485, III do CPC, redistribuam-se os presentes autos à 2ª Vara Cível da Capital, juízo prevento para processamento e julgamento do feito, conforme disposição do art. 286, II do CPC.

JOÃO PESSOA, 3 de fevereiro de 2020.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

0883014-02.2019.8.15.2001 [Seguro]
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

CERTIDÃO

Certifico que passo a fazer **CONCLUSÃO** dos presentes autos ao MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca da Capital.

Dou fé.

João Pessoa-PB, em 14 de abril de 2020

SÉRGIO RICARDO COELHO MILANÊS

Analista/Técnico Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0883014-02.2019.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Considerando a prevenção desse juízo, recebo a presente ação para seu processamento e julgamento.

Assim, defiro a gratuidade processual requerida.

Nos processos de DPVAT em que ocorrem lesão a vítima a seguradora somente transige após a realização de perícia. Por tal razão, deixo de remeter ao Centro de Conciliação Cível tendo em vista que tal providência neste momento processual será infrutífera.

Dessa forma, determino que a parte promovida seja de logo citada, protraindo-se a aplicação do art. 334 do CPC para o momento em que for possível a realização de perícia na vítima ou em que haja algum mutirão realizado pelo NUPMEC.

Intime-se e Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 14 de abril de 2020.

Juiz(a) de Direito



Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA
()

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0883014-02.2019.8.15.2001
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]

AUTOR: JOAO CARDOSO SOBRINHO e outros

R É U : M A P F R E V E R A C R U Z S E G U R A D O R A S / A
AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 2ª Vara Cível da Capital, MANDA ao oficial de justiça a quem este for entregue, CITAR a parte promovida, na pessoa do seu representante legal, por todo o conteúdo do presente processo eletrônico para, querendo, contestar no prazo de 15 dias. Ciente de que, deixando de contestar, será considerado revel e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (Art. 344, CPC).

DESPACHO: " Vistos, etc. Considerando a prevenção desse juízo, recebo a presente ação para seu processamento e julgamento. Assim, defiro a gratuidade processual requerida. Nos processos de DPVAT em que ocorre seguradora somente transige após a realização de perícia. Por tal razão, deixo de remeter ao Centro de Conciliação Cível tendo em vista que tal providência neste momento processual será infrutífera. Dessa forma, determino que a parte promovida, protraindo-se a aplicação do art. 334 do CPC para o momento em que for possível a realização de perícia na vítima ou em que haja algum mutirão realizado pelo NUPMEC. Intime-se e Cumpra-se. Juiz de Direito".

JOÃO PESSOA, 27 de abril de 2020

SÉRGIO RICARDO COELHO MILANÊS
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: **19121715053408100000026193564**



CERTIDÃO

Certifico que dei inteiro cumprimento ao presente mandado/ofício conforme ciente exarado, pelo(a) Funcionária Ednayara Luiza, que afirmou estar habilitado(a) a receber o documento. Segue mandado abaixo. Dou fé.

22/08/2020

- Tribunal de Justiça da Paraíba

Successfully created

02



Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA
()

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0883014-02.2019.8.15.2001
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]

AUTOR: JOAO CARDOSO SOBRINHO e outros
RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 2ª Vara Cível da Capital, MANDA ao oficial de justiça a quem este for entregue, CITAR a parte promovida, na pessoa do seu representante legal, por todo o conteúdo do presente processo eletrônico para, querendo, contestar no prazo de 15 dias, Ciente de que, deixando de contestar, será considerado revel e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (Art. 344, CPC).

DESPACHO: " Vistos, etc. Considerando a prevenção desse juízo, recebo a presente ação para seu processamento e julgamento. Assim, defiro a gratuidade processual requerida. Nos processos de DPVAT em que ocorrem lesão a vítima a seguradora somente transige após a realização de perícia. Por tal razão, deixo de remeter ao Centro de Conciliação Cível tendo em vista que tal providência neste momento processual será infrutífera. Dessa forma, determino que a parte promovida seja de logo citada, postulando-se a aplicação do art. 334 do CPC para o momento em que for possível a realização de perícia na vítima ou em que haja algum mutirão realizado pelo NUPMEC. Intime-se e Cumpra-se. Juiz de Direito".

JOÃO PESSOA, 27 de abril de 2020

SÉRGIO RICARDO COELHO MILANES
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <http://pje.trfb.jus.br/pe/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 19121715053408100000026193564



Assinado eletronicamente por: SÉRGIO RICARDO COELHO MILANES

27/04/2020 13:36:42

<http://pje.trfb.jus.br/pe/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 30172192



20042713364283900000029000345

Imprimir

Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A.
CNPJ: 01.074.175/0002-01
Av. Pres. Epitácio Pessoa, 723
B. dos Estados - CEP: 58030-000
JOÃO PESSOA-PB

11/09/20
09:50

https://pje.trfb.jus.br/pe/Painel/painel_usuario_documento/HTML_seam?conversationPropagation=none&idBin=29000345&idProcessoDoc=30172... 1/1

